



## MÓDULO 4

# CONTROLE INTERNO

2023

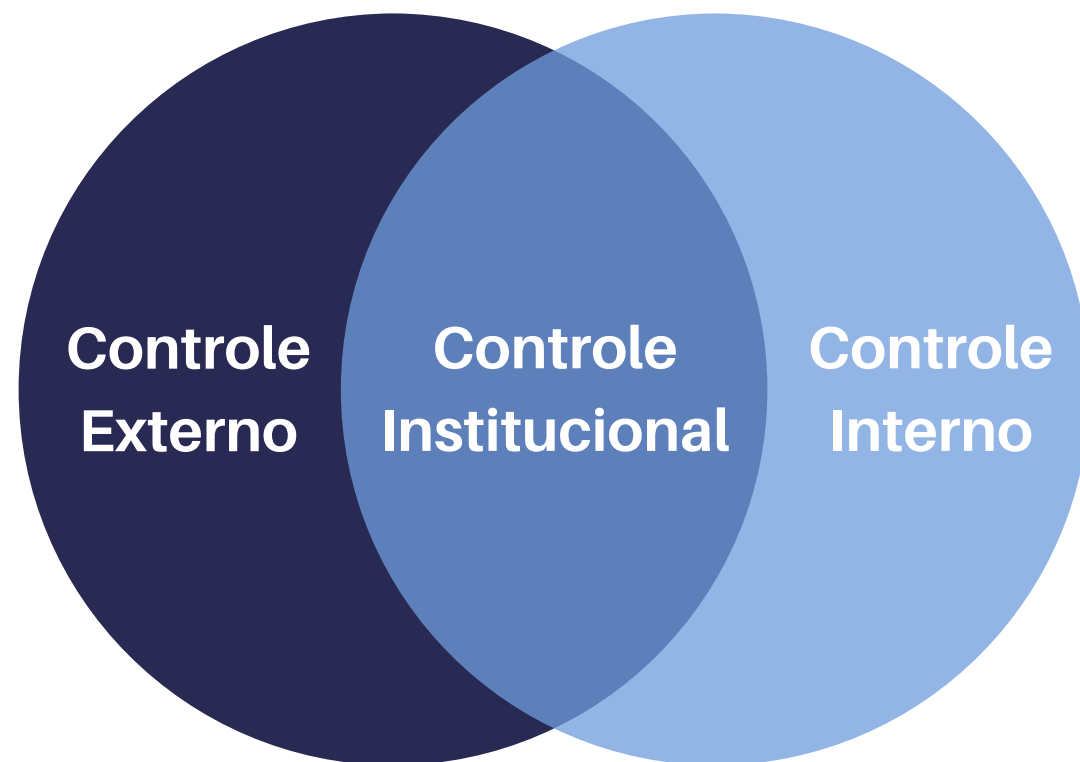


# SUMÁRIO

3	CONTROLE INTERNO	16	SÍNTESE
5	CONTROLE INTERNO NAS ESTATAIS	17	REFERÊNCIAS
6	LINHAS DE DEFESA DA GESTÃO	18	INSTITUCIONAL
9	ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DO CONTROLE INTERNO		
13	CONTROLE INTERNO NA PRODEMGE		

# CONTROLE INTERNO

Conforme apresentado anteriormente, o controle da Administração Pública classifica-se como externo e interno.



## CONTROLE INSTITUCIONAL

O controle institucional dos gastos públicos é feito pelos próprios gestores públicos e entidades responsáveis pelos atos da Administração Pública, pelos órgãos específicos de controle interno de cada Poder, e pelo órgão de controle externo.

## CONTROLE EXTERNO

O órgão controlador está posicionado fora da estrutura organizacional do controlado. Há, portanto, pelo menos duas pessoas jurídicas envolvidas: o controlado e o controlador (MARRARA, 2019). Não há necessariamente, no entanto, a presença de dois Poderes, porque o controle externo pode ser exercido dentro do mesmo poder, como por exemplo, os Tribunais de Contas e o Poder Legislativo.

# CONTROLE INTERNO

O controle interno da gestão pode ser compreendido como um conjunto de mecanismos, regras e procedimentos dedicados a enfrentar riscos e fornecer segurança quanto ao atingimento dos objetivos gerais da organização (CGU/MP, 2016). Assim define a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01 de 2016, em seu art. 2º:

## ART. 2º [...]

V – Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e
- d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos. O estabelecimento de controles internos no âmbito da gestão pública visa essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica;

## MATERIAL COMPLEMENTAR

### Quer saber mais?

Acesse o material complementar Controle Institucional e Social dos Gastos Públicos da Escola Nacional de Administração Pública disponível na página principal do curso.





# CONTROLE INTERNO NAS ESTATAIS

A Lei das Estatais estabelece em seu art. 9º, caput, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de controle que abranjam a implementação cotidiana de práticas de controle interno pela gestão, além da estruturação de área de gestão de riscos e compliance, de auditoria interna e de Comitê de Auditoria Estatutário (BRASIL, 2016).

O controle interno ocorre no nível de seus órgãos sociais, designadamente a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal, estando sujeitas ainda às auditorias externa e interna (FONTES FILHO, 2018) e à atuação de comitês especializados, tal como o Comitê de Auditoria Estatutário.

Conforme o Referencial de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 03 de 2017 – a estrutura de controle interno dos órgãos e entidades “deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas, a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas” (CGU, 2017).





# LINHAS DE DEFESA DA GESTÃO

Cada linha de defesa da gestão exerce um papel específico e complementar em relação às demais, assegurando camadas adicionais de proteção à organização, ou seja, são os tipos de controle a ser exercido.

O Referencial de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 03 de 2017, destaca as seguintes linhas de defesa:



## Primeira linha de defesa

Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores, durante a execução de atividades e tarefas sob sua responsabilidade. É “responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos estabelecidos”. (CGU, 2017).

## Segunda linha de defesa

“apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha” (CGU, 2017), especialmente as relativas ao gerenciamento de riscos e ao compliance.

Do ponto de vista prático, “as instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada” (CGU, 2017). Situam-se aí, as áreas de gestão de riscos e compliance.

## Terceira linha de defesa

“é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade” (CGU, 2017).

## LINHAS DE DEFESA DA GESTÃO

A estruturação do ambiente de controles internos em linhas de defesa, no entanto, extrapola as fronteiras nacionais. Reconhecido internacionalmente, o Institute of Internal Auditors – IIA - adotou o modelo formalmente na declaração de posicionamento “As Três Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles” – publicada em 2013 –, sendo considerado uma ferramenta valiosa para o fortalecimento do ambiente de controle interno e o amadurecimento da governança corporativa (IIA, 2019).





Em consonância com o IIA, a Lei das Estatais no art.9º induz à estruturação de um sistema de controles internos em camadas, com atribuições e responsabilidades que se distribuem entre a gestão, a área de gestão de riscos e compliance, e a auditoria interna, além dos órgãos sociais da companhia.

## Art. 9º

A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

- I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;
- II - área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;
- III - auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

### PRIMEIRA

A ação dos administradores e empregados na implementação de práticas de controles internos, representa a atuação da primeira linha de defesa; dona dos processos de negócio e principal conhecedora de seus riscos.

### SEGUNDA

A existência e atuação de área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de risco e compliance, a quem compete orientar, instrumentalizar e monitorar a atuação da primeira linha.

### TERCEIRA

Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria Estatutário, constituem a terceira linha, independentes em relação à gestão e dedicados a aferir a adequação do sistema de controle interno como um todo.



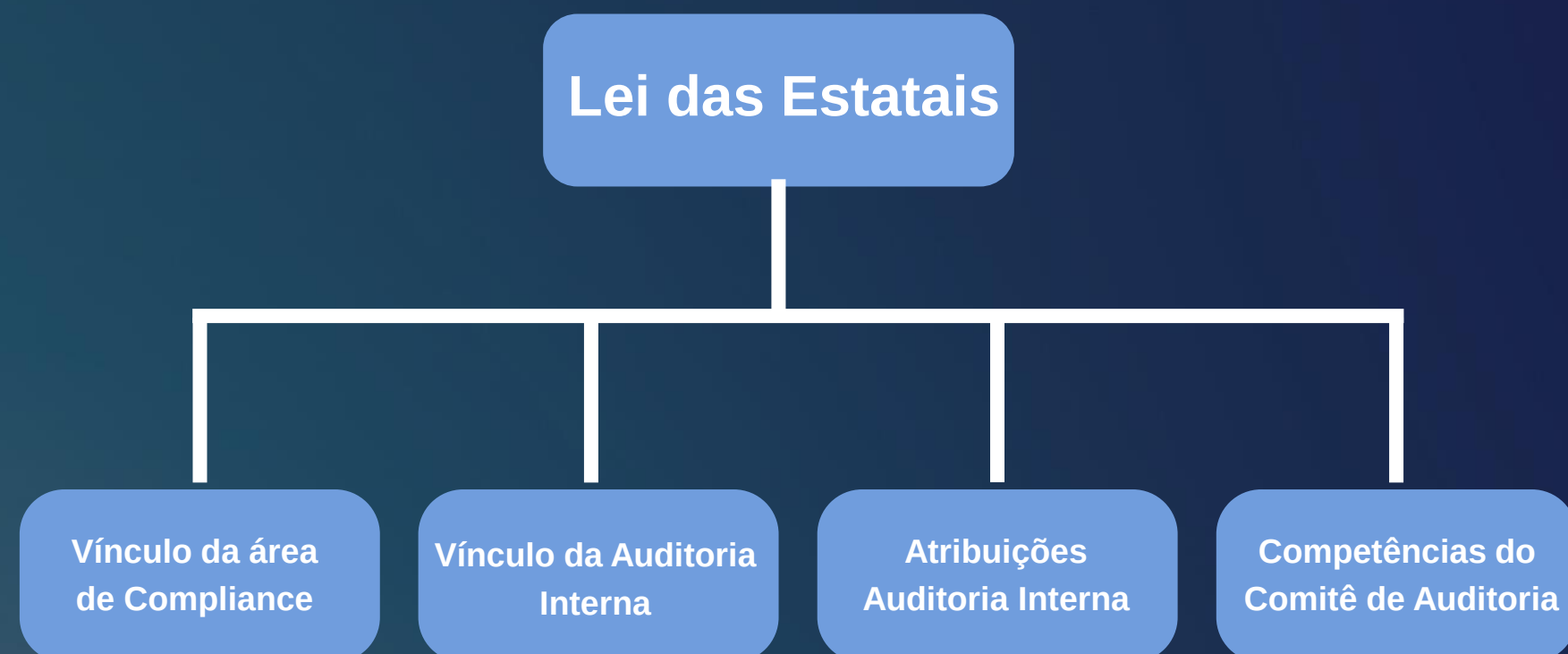
**Quer saber mais?** Conheça todos os referenciais técnicos da atividade de auditoria interna governamental.

Disponível em: [https://wiki.cgu.gov.br/index.php/Referenciais\\_t%C3%A9cnicos\\_da\\_atividade\\_de\\_auditoria\\_interna\\_governamental](https://wiki.cgu.gov.br/index.php/Referenciais_t%C3%A9cnicos_da_atividade_de_auditoria_interna_governamental)



# ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DO CONTROLE INTERNO

A Lei das Estatais cuidou de estabelecer mecanismos concebidos para preservar a independência da área de gestão de riscos e compliance (segunda linha) e da autoria interna (terceira linha) em relação à gestão.



# Vínculo da área de Compliance

O art.9º, § 2º da Lei das Estatais se refere à área de compliance:

## **Art. 9º. [...]**

§ 2º A área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos deverá ser vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente.

Para assegurar a autonomia do Head of Compliance em situações mais sensíveis e críticas, a Lei das Estatais estabelece no art.9º que:

§ 4º O estatuto social deverá prever, ainda, a possibilidade de que a área de compliance se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada

# Vínculo da Auditoria Interna

O art.9º, § 2º da Lei das Estatais se refere à área de compliance:

## **Art. 9º. [...]**

§ 2º A área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos deverá ser vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente.



# Atribuições da Auditoria Interna

A Lei das Estatais ainda em seu art.9º estabeleceu explicitamente as **atribuições da auditoria interna**.

§ 3º A auditoria interna deverá: II - ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

# Competências do Comitê de Auditoria

O art.24º, apresenta as competências do Comitê de Auditoria Estatutário:

## Art. 24.

A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista:

- I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou da sociedade de economia mista, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- c) gastos incorridos em nome da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a empresa pública ou a sociedade de economia mista for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.





# CONTROLE INTERNO NA PRODEMGE

Na condição de companhia estatal, aplicam-se à Prodemge as regras de estruturas e práticas de controles internos estabelecidas pela Lei das Estatais.

O Estatuto da Prodemge trata especificamente da área de Integridade, Riscos e Controles Internos, estabelecendo:

**Art. 87.** A área de Integridade, Riscos e Controles Internos é conduzida por um diretor estatutário indicado pelo Diretor-Presidente.

**Art. 88.** À área de Integridade, Riscos e Controles Internos da Prodemge aplicam-se as competências da Lei Federal 13.303/16 e do Decreto Estadual 47.154/17, sem prejuízo das dispostas neste Estatuto:

- I** - Atuar na verificação do cumprimento de obrigações e de gestão de riscos reportando as inconformidades detectadas às instâncias responsáveis;
- II** - Promover a institucionalização da integridade, da gestão de riscos e dos controles internos na Prodemge, auxiliando as unidades organizacionais a desenvolver controles para gerenciar os riscos identificados, bem como para evitar, detectar e tratar desvios ou inconformidades em relação a normas e regulamentações internas e externas;
- III** - Providenciar, em conjunto com a área de Recursos Humanos, treinamento periódico, no mínimo anual, para administradores sobre a política de gestão de riscos da Prodemge;
- IV** - Emitir relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria Estatutário sobre as atividades desenvolvidas;
- V** - Reportar diretamente ao Conselho de Administração as situações em que houver suspeita do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada;
- VI** - Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes. (PRODEMGE, 2019, p. 17-18)

O Comitê de Auditoria Estatutário, por sua vez, complementa o espectro dos órgãos de terceira linha, constituindo órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração, em relação às “funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente” (PRODEMGE, 2019).



Em consonância com os pressupostos legais, o Estatuto da Companhia faz referência ao Comitê de Auditoria, conforme exposto a seguir:

**Art. 68.** O Comitê de Auditoria Estatutário é o órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

**Art. 69.** O Comitê de Auditoria Estatutário terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

**Art. 70.** Os membros do Comitê são responsáveis solidários pelas decisões tomadas no seu âmbito de atuação.

**Art. 71.** O Comitê poderá contratar ou solicitar a contratação de consultoria e especialistas externos, nos termos do Estatuto Social da Prodemge, cabendo-lhe acompanhar tal processo, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos. Parágrafo único. O trabalho de especialistas e consultores externos não exime o Comitê de suas responsabilidades.

**Art. 72.** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão participar como convidados da reunião do Conselho Fiscal da Prodemge. (PRODEMGE, 2019).

# SÍNTESE

Neste módulo, apresentamos alguns conceitos sobre controle interno, linhas de defesa de gestão, estruturação, organização e autonomia do controle interno, além de algumas especificidades do controle interno na Prodemge.

Além deste conteúdo, sugerimos que realize a leitura dos materiais complementares disponíveis na página principal do curso.

Bons estudos!





# REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/ Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2016/lei/l13303.htm). Acesso em: 11 nov. 2020.
- CGU – Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, DF.
- CGU – Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta CGU-MP nº 1, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Brasília, DF.
- IIA – Institute of Internal Auditors. Documento de Exposição: Três Linhas de Defesa. Jun. de 2019.
- MARRARA, Thiago. Controle interno da administração pública: suas facetas e seus inimigos. In: Limites do controle da administração pública no Estado de direito / coordenação de Fabrício Motta, Emerson Gabardo – Curitiba: Íthala, 2019.
- PRODEMGE. Estatuto Social. 2019. Disponível em: <https://www.prodemge.gov.br/governanca/estatuto-social>.

# INSTITUCIONAL

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador • Romeu Zema Neto

## COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Presidente • Roberto Tostes Reis

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Diretor • Gustavo Fonseca Nogueira

## SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Superintendente • Edson Andrade Durão

## GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Gerente • Roberto Lagoeiro Moreira

## EQUIPE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

Supervisão Técnica • Bruno Teixeira

Coordenação Pedagógica • Brunella Cristina Lucarelli

Conteudista • Nomaston Rodrigues Mota

Estagiária de Pedagogia • Natália Rodrigues Santana

Projeto gráfico e diagramação • Alexandre Martins de  
Abreu / Rachel Coeli Santana Machado /  
Victor Alexandre Vieira do Espirito Santo

Programação • Márcio Palmeira Bezerra de Menezes